

PARA ALÉM DO SINGULAR: pluralidades territoriais e desafios das narrativas sobre as Amazônias¹

BEYOND THE SINGULAR: territorial pluralities and challenges of narratives about the Amazons

Alda Cristina Costa²

Marta Regina Maia³

Luan Pazzini Bittencourt⁴

Resumo: Este artigo discute a necessidade de uma inflexão epistemológica na compreensão da Amazônia, enquanto categoria singular, como abstração funcional que tende a homogeneizar territórios e silenciar assimetrias. Com base na hermenêutica de Paul Ricoeur e na geografia crítica de Milton Santos, propõe a noção de “Amazônias” como operador analítico e ético capaz de tensionar narrativas redutoras. Analisa-se a Amazônia Legal enquanto construção institucional que mostra o descompasso entre a unidade normativa e a experiência vivida nos territórios. Em seguida, investiga-se a prática jornalística da agência Amazônia Real, a partir dos eixos interpretativos da territorialidade, da pluralidade e das temporalidades. Observa-se como o jornalismo pode promover leituras culturais ao conferir protagonismo às realidades locais. Conclui-se que o plural não se limita a uma escolha semântica, mas atua como operador de justiça epistemológica, e gera uma comunicação comprometida com a diversidade regional.

Palavras-Chave: Amazônias. Comunicação. Narrativas institucionais e midiáticas.

Abstract: This article discusses the need for an epistemological shift in understanding the Amazon as a singular category, as a functional abstraction that tends to homogenize territories and silence asymmetries. Based on Paul Ricoeur's hermeneutics and Milton Santos' critical geography, it proposes the notion of "Amazons" as an analytical and ethical operator capable of challenging reductive narratives. The Legal Amazon is analyzed as an institutional construct that reveals the mismatch between normative unity and lived experience in the territories. Next, the journalistic praxis of the Amazônia Real agency is investigated, based on the interpretative axes of territoriality, plurality, and temporalities. It observes how journalism can promote cultural readings by giving prominence to local realities. It concludes that the plural is not limited to a semantic choice, but acts as an operator of epistemological justice, generating communication committed to regional diversity.

Keywords: Amazons. Communication. Institutional and media narratives.

1 Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cultura. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

2 Universidade Federal do Pará, Doutora em Comunicação, aldacristinacosta@gmail.com

3 Universidade Federal de Ouro Preto, Doutora em Comunicação, martamaia@ufop.edu.br

4 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Doutorando em Comunicação e Cultura, luanpazzini1@gmail.com

1. Introdução

A Amazônia tem sido, ao longo do tempo, objeto de uma operação de redução. Narrativas científicas, institucionais e midiáticas consolidaram um imaginário de generalização que projeta sobre o território a ideia de uma unidade contínua, coerente e, não raro, estática, ora celebrada como santuário da biodiversidade, ora explorada como fronteira estratégica de recursos. Essa visão, embora funcional para o planejamento estatal e para o mercado global, revela-se insuficiente para abarcar a densidade das experiências vividas, das múltiplas formações históricas e dos arranjos culturais que pulsam na região.

Neste artigo, propomos o deslocamento da “Amazônia” (no singular) para as Amazôniaas (no plural), compreendendo o plural não como recurso linguístico, mas como estratégia teórico-analítica e gesto epistemológico. Trata-se de tensionar enquadramentos que silenciaram diferenças e reconhecer o território como campo de sentidos em disputa, atravessado por culturas, temporalidades e relações assimétricas de poder. Assim, a questão revela-se não apenas geográfica ou política, mas profundamente cultural e comunicacional. Aqui acionamos o sentido de cultura em Bhabha (2003), refletida como zonas de trânsito e negociação em que identidades são produzidas relacionalmente. Essa perspectiva permite compreender a Amazônia não como unidade homogênea, mas como espaço plural de experiências e vozes diversas, de modo que pluralizá-la não é apenas renomeá-la, e sim transformar o regime de sentidos que historicamente a estabilizou.

Essa problematização ganha contornos urgentes ao analisarmos a composição da Amazônia Legal (Figura 1). Embora essa delimitação oficial de nove estados brasileiros cumpra um papel administrativo e de planejamento, sendo, conforme a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), fruto de um conceito político e não de um imperativo geográfico, ela frequentemente reforça uma leitura unificadora que obscurece as particularidades regionais. A Amazônia Legal é aqui compreendida, portanto, não como uma síntese de identidade, mas como uma mediação analítica que permite evidenciar as tensões entre a unidade institucional e a diversidade concreta das existências locais.



Figura 1
Fonte: Instituto Arapiyaú⁵

Para demonstrar esse descompasso, recorreremos aos indicadores da Amazônia Legal. Os dados apresentados na Figura 1 não devem ser lidos como uma confirmação da unidade regional, mas como o rastro estatístico das profundas assimetrias que o singular insiste em homogeneizar. Pois, um território que tem mais de 800 municípios, quase 30 milhões de pessoas, ocupando 60% do território brasileiro e 9% do Produto Interno Bruto (PIB), não pode ser analisado de forma simétrica ou uniforme.

Essa operação de redução, que amalgama realidades distintas sob o rótulo de uma unidade homogênea, não é apenas uma imprecisão terminológica, mas uma estratégia de poder que silencia o que Santos (1996) denomina como o “território usado”. Para além das fronteiras administrativas da Amazônia Legal, emergem territórios de vida, conflito e invenção que reivindicam o estatuto de Amazônia. O desafio que se impõe ao campo da Comunicação, portanto, é o de reconhecer e narrar essa pluralidade, superando as narrativas simplistas que historicamente situam a região no lugar do “vazio” ou do “estoque” (LOUREIRO, 2002).

Este artigo propõe então um exercício de hermenêutica, articulando a explicação dos dados estatísticos gerados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) à compreensão das narrativas jornalísticas. Partimos da análise das assimetrias socioeconômicas que fraturam o território para, em seguida, investigar como a prática de uma mídia não-hegemônica pode instituir uma afirmação territorial capaz de desestabilizar os imaginários redutores.

Diante da controvérsia entre a unidade institucional e a pluralidade vivida, este estudo orienta-se por investigar como a adoção da categoria “Amazônias” tensiona narrativas

⁵ Disponível em: <https://encurtador.com.br/JBQS>. Acesso em: 15 dez. 2025.

jornalísticas contemporâneas e contribui para reconfigurar os sentidos de território e diversidade. Parte-se da hipótese de que a disputa entre o singular normativo e o plural experiencial se manifesta também no plano midiático, especialmente nas formas de representação da diversidade cultural. Nesse horizonte, pergunta-se de que modo a agência *Amazônia Real*, em sua retrospectiva de 2025⁶, reconhece assimetrias e dissensos regionais em sua práxis narrativa e se tal operação indica um deslocamento em relação às narrativas simplificadoras historicamente associadas à chamada “mídia de referência”, apontando para uma cobertura sensível à complexidade amazônica.

Em consonância com essas questões, nosso objetivo é compreender como esse veículo, ao organizar a memória política das “batalhas amazônicas”, pode operar deslocamentos em relação à cobertura midiática convencional. A partir dos eixos da territorialidade, da pluralidade e das temporalidades, buscamos analisar em que medida sua práxis narrativa aponta para a transição do singular para o plural — das Amazonas — como possibilidade de uma comunicação comprometida com a justiça epistemológica e com o reconhecimento da inteligência social da região, entendida, conforme Souza (2019), como a capacidade dos povos amazônidas de produzir conhecimentos, tecnologias e modos de vida complexos a partir de suas próprias bases históricas e geográficas.

Metodologicamente, este artigo ampara-se em uma abordagem qualitativa de caráter teórico-interpretativo, fundamentada na convergência entre a hermenêutica filosófica e os estudos críticos da comunicação. Parte-se do pressuposto de que os fenômenos socioterritoriais não são dados transparentes, mas construções simbólicas atravessadas por múltiplos sentidos que demandam uma atitude epistemológica voltada à compreensão das práticas discursivas e suas implicações políticas (HAESBAERT, 2021). Considera-se ainda que a cobertura jornalística, como espaço de produção de sentidos, pode corroborar simbolismos hegemônicos ou contribuir para uma afirmação territorial capaz de desestabilizar as leituras unificadoras sobre o território.

Inspirada na fenomenologia hermenêutica de Ricoeur (1986; 2013), a investigação articula o binômio explicação-compreensão como momentos dialéticos do processo interpretativo. Para Ricoeur, o “texto” excede a grafia e estende-se à ação social e aos documentos institucionais. Assim, o percurso metodológico envolve um movimento de

⁶ “2025, o ano das grandes batalhas amazônicas”. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ifza>. Acesso em: 10 jan. 2026.

distanciamento que permite ao discurso/narrativa (neste caso, a categoria "Amazônia") autonomizar-se de sua emissão imediata para ser reapropriado interpretativamente. A análise não se limita, portanto, à descrição do conteúdo manifesto, mas busca desvelar os modos de significação que emergem das narrativas e experiências comunicativas, no caso da *Amazônia Real*, considerando suas dimensões simbólicas e históricas.

Nesse sentido, elegemos como objeto empírico a Retrospectiva 2025 da agência de jornalismo independente *Amazônia Real*, composta de 18 reportagens, que tratam sobre conflitos de poder, violações de direitos humanos e disputas políticas. A Agência, que foi criada em 2013, em Manaus, segue como um espaço de investigação com foco nas questões da Amazônia e sua população, com uma linha editorial “voltada à defesa da democratização da informação, da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e dos direitos humanos”.⁷

No entanto, ao propormos o plural — as Amazônias —, afirmamos a inteligência social como uma prova material de soberania intelectual, de virada cultural, que recusa o enquadramento em molduras totalizantes. Nesse cenário, o jornalismo independente pode assumir um papel relevante, uma vez que pode atuar como a instância mediadora que dá visibilidade a essa inteligência social, transpondo o silenciamento histórico em favor de uma afirmação territorial que reconhece o amazônida não como objeto, mas como autor de sua própria realidade.

Entre a norma geográfica e o território usado: o jornalismo como produtor de sentido sobre as Amazônias

A Amazônia Legal configura-se, primordialmente, como um dispositivo político-administrativo engendrado pelo Estado brasileiro para balizar políticas de desenvolvimento socioeconômico. Sucessivamente redefinida⁸, essa cartografia não é um dado da natureza, mas um recorte de conveniência governamental. Embora estratégica para a governança e o aporte de recursos, essa delimitação opera sob uma lógica de abstração unificadora, que

⁷ Disponível em: <https://encurtador.com.br/cFEN>. Acesso em: 10 jan. 2026.

⁸ Esse primeiro instrumento legal compreendia os estados do Pará e Amazonas, os à época territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco e, ainda, a parte de Mato Grosso a norte do paralelo 16°, a porção de Goiás a norte do paralelo 13° e área do Maranhão a oeste do meridiano de 44°. Em 1966, a região passou a abranger os estados do Acre, Pará e Amazonas, os territórios federais do Amapá, Roraima e Rondônia e, ainda, as áreas de Mato Grosso a norte do paralelo 16°, de Goiás a norte do paralelo 13° e do Maranhão a oeste do meridiano de 44°. Em 1977, Lei complementar integrou todo o estado de Mato Grosso à Amazônia Legal. Disponível em: <https://encurtador.com.br/sdmd>. Acesso em: 10 dez. 2025.

frequentemente achata as rugosidades históricas, culturais e sociais de um território vasto e descontinuo.

Essa perspectiva estatal encontra seus limites teóricos e práticos na compreensão de território formulada por Santos. Para o geógrafo, o espaço excede a mera base física ou o limite administrativo, constituindo-se como um "conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações" (SANTOS, 1996, p. 51). Ao compreendermos o território como algo produzido pelas relações sociais e pelos usos que nele se inscrevem, a categoria "Amazônia Legal" revela sua face incompleta: ela consegue mapear o alcance do Estado, mas falha em apreender a complexidade das Amazônias vividas. Estas são atravessadas por temporalidades assíncronas e formas de existência que nem sempre coincidem com os paralelos e meridianos da legislação.

A Amazônia Legal estende-se por nove estados brasileiros — Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão —, consolidando uma “bricolagem” de municípios que atende, primordialmente, aos interesses econômicos, estratégicos e geopolíticos do Estado. Internamente, essa estrutura é fragmentada em duas sub-regiões: a Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) e a Amazônia Oriental (Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso).

Contudo, é imperativo observar que essa composição institucional excede a mera engenharia cartográfica. Ela materializa uma forma hegemônica de imaginar e narrar a região, operando uma abstração que, frequentemente, desconsidera as densas experiências culturais e as complexas redes sociais que sustentam o território. Logo, a transição do singular para o plural não é um exercício meramente retórico, mas uma exigência imposta pela própria materialidade do território. Ao analisarmos os indicadores da Amazônia Legal, o que emerge, reafirmamos, não é a imagem de uma unidade coesa, mas o rastro de um território usado de maneira seletiva e desigual. A leitura da Figura 1 descortina as profundas disparidades que estruturam essa designação administrativa, reafirmando que a unidade administrativa é um mosaico de realidades desiguais.

Ao analisarmos estes números sob a lente da hermenêutica buscamos reconhecer que cada dado esconde uma experiência territorial que exige ser narrada na sua singularidade, justificando o esforço de uma cobertura jornalística que se pretenda plural. Nossas discussões se dão em dois planos complementares: no institucional-epistemológico em que a Amazônia no singular figura como abstração funcional (Amazônia Legal); e no plano comunicacional-

práxis, o jornalismo como lugar de refiguração narrativa que pode romper ou reproduzir essa abstração (*Amazônia Real*).

A persistência do singular "Amazônia" no imaginário nacional não é apenas uma herança histórica, mas uma abstração funcional mantida cotidianamente por discursos científicos, estatais e, fundamentalmente, midiáticos. Ao dialogarmos com Piza (2018), compreendemos que o risco de operarmos como uma "vanguarda discursiva" também atinge o jornalismo de referência, que muitas vezes denuncia injustiças na região enquanto permanece cativo de bases epistemológicas que a tratam como um cenário generalizante e homogêneo.

Nesse contexto, o jornalismo assume um papel central: como instância que constrói informações e relações sobre o mundo diariamente, ele tem o poder de cristalizar o singular totalizante ou de operar a insurgência intelectual necessária para a transição para as "Amazônias", no plural. Propor essa pluralidade exige, portanto, um deslocamento radical do olhar: deixar de narrar *sobre* os territórios para permitir que se narre *desde* eles. Conforme assevera Piza (2018, p. 111), "é necessário reconsiderar as bases epistemológicas que fundam nosso pensamento sobre o mundo e, sobretudo, os conceitos que formam a semântica pela qual temos pensado e pela qual nos compreendemos como pessoas, como sociedade e como intelectuais".

Este estudo objetiva então analisar se a *Amazônia Real* consegue conduzir uma revisão dos modos de produzir conhecimento sobre a região. Nesse sentido, a articulação entre Paes Loureiro, Souza e Piza revela que a pluralização da Amazônia excede o gesto terminológico ou a simples ruptura com a tradição científica. Trata-se, em última análise, de um exercício de coerência epistemológica. Ou mesmo naquilo que resvala no pensamento de Castro (2012, p. 110), da necessidade de "novos conceitos e paradigmas de interpretação da história da Amazônia", pois, segundo a autora, "são importantes para visibilizar processos e práticas sociais obscurecidas por enfoques teóricos, reducionistas presentes em boa parte da produção acadêmica sobre essa região".

Portanto, propor o plural não significa apenas catalogar a diversidade contemporânea dos nove estados que integram a Amazônia Legal. Significa, sobretudo, escavar as camadas históricas sistematicamente obliteradas por um projeto colonialista. O plural opera como um gesto crítico que tensiona, simultaneamente, a abstração simbólica e o apagamento histórico, reinscrevendo o território como um campo polifônico de saberes, conflitos e existências. No

entanto, para compreendermos melhor as possibilidades colocadas, é preciso refletir um pouco mais sobre narrativas jornalísticas que buscam romper certos parâmetros seculares.

Jornalismo posicionado: memória, direitos humanos e temporalidades

O jornalismo, para além de sua crise estrutural, posto que as redações convencionais estão passando por drásticas reduções em seu efetivo, tem sido questionado em suas bases epistemológicas e profissionais devido às transformações em seu *modus operandi*. A lógica fundada no binômio objetividade-imparcialidade que dominou e ainda prevalece em boa parte das discussões sobre o campo está sendo rompida pela proliferação de informações e “desinformações” pelas redes sociais, pelo crescimento de novos arranjos produtivos (FÍGARO, 2018), entre outros possíveis como *podcasts*, documentários e livros jornalísticos.

Conferimos às narrativas jornalísticas o espaço privilegiado de configuração de histórias que abarcam o que Ricoeur (2010) denomina de “composição da intriga”, o que acontece a partir de processos interativos entre jornalistas, fontes e contextos. Essas narrativas garantem a circulação de sentidos, que serão sempre ressignificados, por meio da própria linguagem que nunca é neutra e está sempre em relação com a prática, como explicita o autor: “compreender uma história é compreender ao mesmo tempo a linguagem do ‘fazer’ e a tradição cultural da qual procede a tipologia das intrigas” (2010, p. 100). Isso significa que parte do jornalismo contemporâneo consegue extrapolar o paradigma informacional ao assumir o paradigma comunicacional, permeado por relações interativas e aberto a demandas coletivas.

Essas possibilidades podem ser exemplificadas pelos novos arranjos produtivos que não tergiversam sobre suas próprias práticas ao assumir posições em defesa dos direitos humanos e do jornalismo humanizado como diretrizes a serem seguidas. O dossiê “Militância social, ativismo político e jornalismo de combate: expressões contemporâneas”, publicado pela *Brazilian Journalism Research*, apresenta uma série de artigos que dialoga com nossa perspectiva. Os editores, ao introduzirem os leitores ao material publicado, criticam a visão dos que ainda advogam em favor de noções como isenção e imparcialidade como valores a serem seguidos de maneira estrita: “O resultado desse esforço coletivo é a criação artificial de um não-lugar para os jornalistas, como se eles pudessem testemunhar os fatos da vida e da história sem contaminá-los, e como se pudessem interpretar e narrá-los sem filtros, influências e condicionantes” (CHRISTOFOLETTI; LEÓN; RUELLAN, 2023, p. 2).

Ainda nesse mesmo dossiê, Fabiana Moraes lança uma provocadora pergunta sobre esse assunto: “por qual razão falamos sobre engajamento, ativismo e militância sem que estes termos se refiram também a veículos/empresas como Correio Braziliense, Jornal do Commercio, Zero Hora, O Povo, Rede Globo, O Liberal, UOL, Piauí, etc?” (2023, p. 3). Entre outras questões, a referida autora afirma que “ações engajadas sempre estiveram presentes na imprensa comercial” (p. 6) e que mesmo certos silêncios em situações de autoritarismo, por exemplo, também representam um ponto de vista “afinal, um posicionamento não declarado não deixa de ser um posicionamento” (p. 4).

Tendo como base algumas noções de Paulo Freire, Moraes (2023) reflete sobre a diferença entre militância, mais voltada para a defesa de causas partidárias ou de grupos e o engajamento, mais associado ao fazer e pensar sobre uma sociedade como a brasileira, escravocrata e patriarcal. Uma prática jornalística que leve em consideração a dura realidade nacional tem condições de se posicionar, não no sentido de ortodoxamente levantar certas bandeiras, mas com o objetivo de buscar romper certos dogmas que sedimentam uma cobertura jornalística pouco afeita aos problemas enfrentados pela maioria da população. A autora deixa evidente a sua proposta sobre posicionamento jornalístico “como a nomeação do ato prático-reflexivo necessário para um jornalismo que não está comprometido com empresas, organizações ou partidos, mas sim com a qualidade de uma democracia que deu pouca guarida à maioria da população brasileira” (2023, p. 18).

Tendo em vista essa perspectiva, consideramos que o jornalismo posicionado pode agir como um ativo agente de memória, que, mesmo agindo no momento atual, recorre ao passado para buscar compreender o aqui e agora. Como a memória só pode ser acionada pelo presente, o que nos interessa, nesse artigo, é observar de que maneira as narrativas podem acionar e tensionar o real que nos é apresentado. Assmann (2011) apresenta duas possibilidades de mobilização da memória. A primeira, denominada “memória *Ars*” (memória Arte), concebe a memória como técnica, no sentido do armazenamento ou registro. Já a segunda, a “memória *Vis*” (memória Potência), compreende a memória a partir de seu movimento expressivo, que envolve dinâmicas mais complexas e sujeitas à ação do tempo e do contorno contextual.

Avaliamos que as narrativas jornalísticas podem ativar a memória nessa dupla dimensão, no entanto, para efeito da análise que nos interessa nesse trabalho, os novos arranjos produtivos procuram acionar a “memória *Vis*” ao participarem da disputa de sentidos em curso e questionarem relatos reducionistas e engessados sobre o passado, como já citado no tópico

anterior. Podemos ainda recorrer ao sociólogo Pollak (1989) que questiona certos enquadramentos feitos sobre os acontecimentos e fenômenos de outrora que buscam ofertar respostas definitivas sobre histórias do passado que estão sempre em disputa e em reelaboração.

Ao assumirmos que não é possível retratar o passado de maneira literal, mas por meio de vestígios e rastros, assumindo, inclusive, possíveis ausências, indicamos a seletividade como elemento relevante na configuração das narrativas, como aponta Pollak (1989) ao assinalar a existência da memória oficial e a memória subterrânea, que disputam versões sobre a história passada. Ele diz que “os dominantes não podem jamais controlar perfeitamente até onde levarão as reivindicações que se formam ao mesmo tempo em que caem os tabus conservados pela memória oficial anterior” (p. 5). O jornalismo, ao trazer questões que ajudam a romper a visão colonialista tão acentuada em nossa sociedade, acaba por engendrar um arco narrativo que reinscreve as histórias das pessoas injustiçadas em outro patamar.

Essa outra maneira de narrar tece temporalidades que demarcam o presente, entrecruzam o passado e oferece expectativas futuras. Não nos abstermos de registrar que o jornalismo, que sempre sofreu pela insígnia do “presentismo”, consegue, hoje, extrapolar essa visão e tecer temporalidades em suas narrativas, com tessituras que demarcam várias dimensões temporais, conjuminando uma abordagem extensiva, trabalhando as informações e os dados, e ainda aprofundando aspectos subjetivos sobre os acontecimentos em sua dimensão pessoal, social e fenomênica.

Consideramos que a memória é constituída por processos associativos ou disruptivos às temporalidades, já que as narrativas jornalísticas servem como operadores temporais, configurando os sentidos dos acontecimentos e fenômenos das mais diversas épocas. Recorremos novamente a Ricoeur que estabelece a relação entre narrativa e temporalidade a partir da ação humana: “*o tempo torna-se humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal*” (2010, p. 93, grifo do autor). Buscamos, assim, entender de que maneira o jornalismo não-hegemônico, no caso a *Amazônia Real*, articula as temporalidades, além dos aspectos territoriais e plurais, ao produzir reportagens que tratam de questões tão emergenciais como a cobertura das Amazôniaas.

Reportagem, pluralidade e diversidade

Para melhor compreendermos como acontece a cobertura da *Amazônia Real*, se faz necessário realizar uma breve discussão sobre a pluralidade e a diversidade nas reportagens jornalísticas de modo geral. A reportagem pode articular tempo, deslocamento, apuração rigorosa, escuta ativa e pluralidade e diversidade de fontes, além de postura ética, produzindo conhecimento crítico e socialmente relevante. Pode configurar, assim, uma prática jornalística que ultrapassa a mera transmissão de fatos, operando como espaço de construção de sentido, no qual acontecimentos são contextualizados, analisados e integrados a horizontes mais amplos de compreensão.

Medina (2006) defende que, por demandar mais tempo de apuração, diversidade de fontes e contextualização aprofundada, a reportagem pode ser analisada a partir de diferentes tipos de saber: o conhecimento por experiência, o conhecimento especializado e o conhecimento por observação. Nesse sentido, apresenta-se como forma discursiva que mobiliza argumentos, testemunhos e interpretações voltados à credibilidade pública, reforçando seu papel epistêmico no campo jornalístico.

A força de um argumento depende da pluralidade de fontes, da consideração de diferentes perspectivas e da adaptação às expectativas e valores da audiência. Pluralidade e diversidade assumem papel central para a legitimidade da reportagem. Kischinhevsky (2013) observa que não basta acionar muitas fontes se elas compartilham a mesma visão ou origem social, pois pluralidade e diversidade não são sinônimos. A reportagem deve reunir vozes que representem experiências e posições distintas para ampliar a compreensão crítica dos acontecimentos. Bittencourt (2025, p. 7) ressalta que “é preciso garantir que a seleção de fontes e a contextualização dos acontecimentos representem diferentes pontos de vista, permitindo uma análise mais completa e complexa dos fatos”. Dessa forma, a reportagem pode se apresentar não como extensão da notícia, mas como construção jornalística interpretativa, que integra investigação, pluralidade de fontes e interpretação crítica, definindo seu papel singular na mediação entre fatos, fenômenos e público.

Essa dimensão interpretativa aproxima a reportagem do campo hermenêutico, ao compreender a comunicação como prática de compreensão e tradução de experiências (COSTA et al., 2024). O jornalismo opera na fronteira entre acontecimento e sentido, articulando a pluralidade da vida social em narrativas compartilháveis. Pensar reportagem, pluralidade e diversidade exige reconhecer a comunicação como processo relacional e cultural, atravessado

por intersubjetividades, temporalidades e disputas de significação, especialmente em contextos complexos e plurais, como as Amazônias.

A construção narrativa das Amazônias: territorialidade, pluralidade e temporalidades

Compreender as Amazônias a partir de realidades plurais não significa pensá-las apenas em termos geográficos ou políticos; trata-se, antes de tudo, de um deslocamento no modo de produzir sentido sobre o mundo. Se a região foi historicamente narrada sob a lógica da generalização, isso se deve também aos processos comunicacionais que a tornaram inteligível por meio de enquadramentos que reduziram sua diversidade a uma unidade imaginada.

É nesse ponto que a hermenêutica se apresenta não apenas como corrente filosófica, mas como horizonte de compreensão da experiência humana. Ela vai além da interpretação de textos, voltando-se para os modos pelos quais o mundo se torna significativo. Costa *et al.* (2024) propõem compreender a comunicação como um espaço de intersubjetividade e interpretação, conjugando a fenomenologia social de Schutz (2012), em que a vida social se estrutura por significados compartilhados no mundo da vida; e com a hermenêutica narrativa de Ricoeur (2010), como mediação entre experiência e sentido, por meio da qual os sujeitos constroem identidades.

Essa articulação permite reconhecer que as narrativas sobre as Amazônias constituem uma prática situada, realizada por meio de narrativas lacunares (MAIA, 2022), atravessadas por relações de poder, por processos de seleção, enquadramento e silenciamento, ligados às experiências e posições dos sujeitos que a produzem. Dessa forma, o valor da narrativa jornalística não se associa à pretensão de totalidade, mas à pluralidade de fontes, à contextualização dos acontecimentos e à capacidade de interpretar fatos complexos, oferecendo elementos para a formação de juízos fundamentados (BITTENCOURT, 2025).

Inspirados no Protocolo da Entrevista Hermenêutica em Comunicação (COSTA *et al.*, 2024, p. 125), que consiste em um “método voltado à compreensão sobre como as pessoas interpretam e interagem com os fenômenos comunicativos, considerando suas variáveis pessoais, experiências de vida, configurações social e cultural”, propomos uma análise narrativa das reportagens da *Amazônia Real*, que leva em consideração os três eixos já trabalhados nos tópicos anteriores: territorialidade, pluralidade e temporalidades, adaptando os princípios hermenêuticos do protocolo — originalmente voltado à compreensão das

interpretações dos sujeitos — à leitura das narrativas jornalísticas enquanto produções discursivas que também expressam experiências, mediações e construções de sentido.

Em um primeiro momento, foram mapeadas 18 reportagens publicadas pela *Amazônia Real*, todas integrantes da retrospectiva de 2025, constituindo o *corpus* inicial da pesquisa. Esse levantamento teve caráter exploratório e permitiu identificar recorrências temáticas, diversidade de sujeitos e diferentes modos de construção narrativa sobre as Amazôniaas. O conjunto de reportagens, apresentado como o “ano das grandes batalhas amazônicas”, evidencia que os conflitos narrados não se iniciam nesse recorte temporal, mas nele se intensificam e se tornam mais visíveis. Ao longo do ano, emergem disputas em torno da educação indígena no Pará, da luta por assentamento no sul do Amazonas, do reconhecimento acadêmico Yanomami, das ameaças a defensores da floresta no Acre, da vulnerabilidade dos Warao em Boa Vista, da ofensiva legislativa ambiental, da desintrusão em terras indígenas e do julgamento do marco temporal pelo STF. Cada uma dessas matérias se insere em problemas existentes no presente, como os embates históricos ligados à colonialidade fundiária, à violência estrutural e à disputa permanente por modelos de desenvolvimento e reconhecimento de direitos.

No segundo semestre, especialmente no contexto da COP30, a narrativa tem como foco o conflito no plano global, buscando articular diplomacia climática, protagonismo indígena e críticas às contradições do Estado brasileiro. Diferentemente das reportagens centradas em situações territorialmente situadas, esses textos conectam lutas históricas a arenas internacionais de decisão. Não se trata, contudo, de analisar a retrospectiva enquanto produto editorial, mas de compreender como, nesse conjunto de textos publicados, se configuram disputas que atravessam o tempo e revelam as Amazôniaas como campo permanente de batalhas políticas, jurídicas e existenciais, em múltiplas escalas.

Em um segundo momento, selecionamos três reportagens (quadro 1), priorizando matérias que representam as “batalhas” históricas das Amazôniaas. A escolha não buscou representatividade estatística, mas variação hermenêutica, de modo a observar como diferentes configurações narrativas constroem sentidos (MAIA, 2022) sobre as Amazôniaas. Para isso, foram incluídas reportagens que abordam distintas situações de conflito e experiência territorial, permitindo contrastar modos diversos de narrar o território.

Quadro 1

Reportagem	Tipo de território	Link
Desintrusão na TI Kayapó deixa promessas e incertezas	Terra indígena	https://encurtador.com.br/mbxb
Ameaçados de despejo, indígenas Warao em Boa Vista não sabem para onde ir	Território urbano	https://encurtador.com.br/jYAk
Adaptação climática é questão de vida ou morte na Amazônia	Território ambiental	https://encurtador.com.br/KUeC

Fonte: Autores

A territorialidade como experiência vivida

Nas três reportagens, a Amazônia é narrada como condição de existência, mas essa condição assume formas distintas que revelam diferentes regimes de relação entre território, poder e vida, como veremos a seguir.

Na cobertura da desintrusão na Terra Indígena Kayapó, o território aparece como direito originário, juridicamente reconhecido, e simultaneamente como espaço de pertencimento histórico, identidade coletiva e proteção cultural. Essa dimensão emerge quando o impacto ambiental é descrito como impacto direto sobre o corpo e a continuidade do povo, como na afirmação de que: “O mercúrio já corre no sangue do nosso povo” (VERA, 2025, s.p.). A relação entre ambiente e vida coletiva também aparece na percepção de transformação concreta do território após a retirada dos invasores: “Hoje nós temos cultura, todo mundo está indo para a aldeia, para festa. Temos água limpa que tem muito peixe, e que nós estamos comendo” (s.p.).

O conflito em torno do garimpo e da ilegalidade insere-se em uma terra em disputa entre modos de defini-la: de um lado, território vivido e cosmológico; de outro, território administrado e gerenciado pelo Estado. A desintrusão não encerra essa tensão, pois o espaço permanece inscrito em uma história longa de invasões e violações, mantendo o território como processo, atravessado por memórias, expectativas e incertezas quanto à continuidade da proteção.

Essa construção narrativa se contrapõe àquilo que Paes Loureiro (2001) denomina “Amazônia imaginada” — uma representação abstrata, homogênea e distanciada das experiências concretas de quem habita o território. Tal imagem sustenta a ideia de um espaço vazio de inteligência social, reduzido a recurso, paisagem ou problema, o que contribui para a manutenção de sua condição colonial (SOUZA, 2019). Ao priorizar territórios vividos, sujeitos situados e conflitos concretos, as reportagens analisadas tensionam um imaginário simplista e reinscrevem a Amazônia como espaço de vida, saber e historicidade.

Na narrativa sobre os Warao, essa relação se transforma. O território já não é espaço reconhecido de pertencimento, mas ocupação provisória em contexto urbano, configurando uma Amazônia da migração, do refúgio e da exclusão. A Yakera Ine é apresentada como território precário, atravessado por políticas assistenciais, dispositivos legais de despejo e mediações estatais que tornam instável qualquer possibilidade de fixação. Ainda assim, o espaço é vivido como território porque é ali que a vida coletiva se reorganiza, como expressa a liderança ao afirmar: “este já é um espaço que formamos como comunidade” (MEDEIROS, 2025, s.p.). A experiência territorial é também atravessada pela busca de continuidade familiar e geracional em contexto de deslocamento: “Queremos um lugar onde possamos viver tranquilos, sem perseguição, sem a ameaça de ter que sair de um dia para o outro” (s.p.). Aqui, a relação entre sujeitos e espaço é marcada pela despossessão e pela transitoriedade: funciona como último recurso de sobrevivência, revelando uma territorialidade da vulnerabilidade de direitos.

Na reportagem sobre adaptação climática, o território assume outra forma de complexidade. Ele é narrado como sistema vivo em transformação, onde ambiente, modos de vida e organização social são indissociáveis. Comunidades indígenas e ribeirinhas aparecem em relação de dependência ecológica total com o rio, que estrutura transporte, alimentação, água, escola e saúde, condição sintetizada na afirmação: “temos uma dependência total do rio, para o consumo, a subsistência, a pesca, o deslocamento.” A alteração dos ciclos naturais incide diretamente sobre o cotidiano e o esforço físico dos moradores, como quando se relata que “Os moradores foram obrigados a caminhar por longas distâncias sob o sol ou no escuro” (AMBROSIO, 2025, s.p.).

Diferentemente do conflito jurídico da TI Kayapó e da precariedade urbana dos Warao, aqui, a ameaça é ambiental-estrutural, mas também política, pois revela falhas estatais e deslocamentos forçados. O território é, ao mesmo tempo, espaço de memória e pertencimento e área de risco em transformação acelerada.

As três reportagens mostram a Amazônia como território relacional e instável, cuja existência depende de direitos, condições ecológicas e arranjos políticos. Se na TI Kayapó o território é direito ameaçado, nos Warao é abrigo precário sob risco constante, e na reportagem climática é base material da vida em processo de colapso. Em todas, se faz importante destacar, o espaço é inseparável da vida coletiva e de sua possibilidade de continuidade, revelando que

narrar a Amazônia é narrar disputas sobre quem pode permanecer, como e por meio de quais condições.

Quando a pluralidade faz o território falar

Se, na territorialidade, o espaço aparece como condição de existência, na pluralidade o que fica evidente são os diferentes regimes de enunciação que tornam os múltiplos modos de viver narrável. As três reportagens constroem seus mundos a partir do encontro — muitas vezes desequilibrado — entre saberes situados, instituições, campos técnicos e instâncias jurídicas, revelando que a Amazônia não é apenas múltipla em territórios, mas também em formas de produzir conhecimento sobre ela.

Na reportagem sobre a TI Kayapó, a pluralidade se organiza em torno da fricção entre território vivido e território administrado. Lideranças indígenas narram desde a experiência da contaminação, da memória do garimpo e da sobrevivência coletiva como na denúncia corporal e coletiva. Já Casa Civil, MPI, Funai e Ibama falam desde o registro da política pública e da gestão. A entrada do STF a partir de uma Ação dos povos indígenas desloca o conflito para o regime jurídico de enunciação, e os dados do MapBiomas introduzem a lógica da quantificação, traduzindo a devastação em números.

Ao lado disso, o território é reinscrito como experiência cotidiana e cultural, como diz o cacique Akjaboro Kayapó: “Hoje nós temos cultura, todo mundo está indo para a aldeia, para festa. Temos água limpa que tem muito peixe, e que nós estamos comendo” (VERA, 2025, s.p.). Não se trata apenas de muitas fontes, mas da coexistência de modos distintos de produzir o território narrativamente; vivido, governado e medido, evidenciando diferentes regimes de saber em tensão.

Na narrativa sobre os Warao, a pluralidade se apresenta atravessada por assimetrias mais acentuadas. As falas indígenas expressam medo, deslocamento e incerteza desde uma experiência existencial de não pertencimento, como no pedido que formula o território como necessidade vital: “Queremos um lugar onde possamos viver tranquilos, sem perseguição, sem a ameaça de ter que sair de um dia para o outro” (MEDEIROS, 2025, s.p.). Em contraste, o Governo de Roraima e a Polícia Militar operam na linguagem administrativa e da autoridade sobre o espaço, tratando a ocupação como questão de ordem urbana e legalidade fundiária. O MPF surge como mediação jurídica, a Funai como órgão indigenista institucional, e pesquisadoras da UFRR e marcos como a Convenção 169 da OIT reinterpretem a situação

como violação estrutural de direitos. Quando a liderança afirma “este já é um espaço que formamos como comunidade” (s.p.), ela não apenas descreve um lugar, mas enuncia um regime de legitimidade territorial distinto do estatal. Organismos internacionais e profissionais da saúde introduzem ainda uma dimensão humanitária. A pluralidade aqui expõe um campo discursivo desigual, em que diferentes posições de poder moldam quem pode falar com autoridade e quem fala a partir da urgência da sobrevivência (COSTA, 2012).

Já na reportagem sobre adaptação climática, a pluralidade assume forma mais dialógica. Comunidades indígenas e ribeirinhas falam desde a vivência da transformação dos rios, sintetizada na afirmação “temos uma dependência total do rio, para o consumo, a subsistência, a pesca, o deslocamento” (AMBROSIO, 2025, s.p.). Esse saber experiencial convive com o discurso científico da pesquisadora do Instituto Mamirauá, que articula território, ecossistema e mudanças climáticas, traduzindo percepções locais em categorias analíticas. O IPAM e estudos econômicos ampliam a escala para projeções estruturais, e a presença de agendas globais — COP e Acordo de Paris — conecta o local ao regime internacional de decisões. Ao mesmo tempo, a experiência cotidiana da crise aparece em registros concretos, como quando se relata que “Os moradores foram obrigados a caminhar por longas distâncias sob o sol ou no escuro” (s.p.). Órgãos estatais aparecem sobretudo como reativos, mas organizações comunitárias como Camura e Femapam surgem como produtoras de propostas, deslocando comunidades do lugar de vítimas para o de sujeitos de ação. O saber tradicional não é substituído pela ciência; ele dialoga com ela, configurando uma epistemologia plural.

Esse conjunto aponta para um desafio central à Comunicação: narrar a região reconhecendo sua complexidade social e epistêmica, superando representações que a situaram como “vazio” ou “estoque” (PAES LOUREIRO, 2001). A legitimidade da reportagem não decorre apenas da quantidade de fontes, mas da presença de perspectivas efetivamente distintas e socialmente situadas. O investimento em apuração e a abertura a diferentes regimes de conhecimento revelam a reportagem como prática sistemática de produção de conhecimento social, capaz de dialogar com outros campos e contribuir para a formação profissional.

Quando as temporalidades estruturam a experiência narrada

Nas três reportagens, o tempo deixa de operar como simples sucessão de fatos e passa a organizar a própria compreensão da realidade, configurando a narrativa como processo

histórico, social e ecológico. O acontecimento não aparece como episódio isolado, mas como parte de cadeias temporais mais amplas.

Na matéria sobre a desintrusão, as temporalidades se estruturam como transição histórica. O passado de invasões e garimpo é constantemente reativado como memória viva, e não como algo encerrado. Isso aparece quando a permanência da ameaça é inscrita como continuidade histórica, como na observação de que “Assim que eles fizeram a operação, mas não avisaram a gente antes, quando foram feitos os planejamentos” (VERA, 2025, s.p.), marcando a operação atual como repetição dentro de um ciclo de violações. Ao mesmo tempo, o presente é narrado como momento de inflexão frágil, que ainda depende de sustentação futura, como se evidencia na preocupação de que “sem apoio, eles voltam para o garimpo, não porque querem destruir, mas porque precisam comer.” (s.p.) — frase que projeta o passado no futuro, revelando a proteção territorial como condição temporária e reversível. O tempo aqui é espiralado: memória de violência, presente de intervenção e futuro sob risco de regressão.

Na cobertura sobre os Warao, as temporalidades assumem a forma de espera prolongada. O passado do deslocamento forçado se conecta a um presente de indefinição, enquanto o futuro é constantemente adiado. Essa experiência aparece quando a vida na ocupação é descrita como duração incerta, como na constatação de que “As crianças, as mulheres, todos ficaram com muito medo. A gente sabe o que já aconteceu com outros povos indígenas (MEDEIROS, 2025, s.p.). A própria ideia de comunidade é construída dentro dessa suspensão, pois, mesmo sem garantia de permanência, os vínculos se formam no presente contínuo da espera. O futuro, quando mencionado, surge como desejo frágil, não como planejamento — o tempo da vida coletiva é marcado por interrupções e ameaças recorrentes.

Já na reportagem sobre adaptação climática, as temporalidades se organizam como ruptura de ciclos históricos. A memória dos ritmos previsíveis do rio funciona como referência de um passado estável, contrastado com a irregularidade atual. Isso aparece quando moradores comparam o presente a um tempo anterior de regularidade, como na lembrança de que “O que antes era um território consolidado, com 42 famílias, está sendo destruído pelo fenômeno conhecido como ‘terras caídas’, processos de erosão que vêm se intensificando pelas cheias e secas recorrentes” (AMBROSIO, 2025, s.p.) — o que marca a perda histórica acumulada ao longo de gerações. O presente é descrito como instabilidade permanente, e o futuro aparece como continuidade agravada desse processo, como na percepção de que “todo ano está ficando mais difícil” (s.p.). O tempo aqui não é suspenso, como no caso Warao, mas acelerado e

cumulativo, indicando transformação estrutural. A experiência cotidiana já é vivida como efeito de um processo em curso, não como exceção passageira.

Essas narrativas evidenciam que o jornalismo pode romper com o presentismo que historicamente o marcou. Ao articular múltiplas camadas temporais, as reportagens operam como mediadoras entre passado, presente e futuro. E a memória surge como chave de leitura do presente, a duração da crise como experiência cotidiana e o futuro como campo de incerteza ou agravamento. Temporalidades, assim, não são pano de fundo, mas princípios estruturantes dessas narrativas, que inscrevem conflitos, deslocamentos e crises ambientais em processos de longa duração e em horizontes de possibilidade e risco.

Considerações finais

Pensar as Amazônia é aceitar que a região não pode ser apreendida como objeto estável, mas como campo cultural em permanente negociação, em que os sentidos são produzidos no encontro, e frequentemente no conflito, entre narrativas, temporalidades e territorialidades. Esses elementos são marcadores sociais presentes no jornalismo produzido pelo *Amazônia Real* em sua Retrospectiva. Demarcam uma construção concebida ao longo do processo de formação social e cultural da Amazônia. Observamos que as territorialidades emergem como um princípio narrativo, e não como localização geográfica e, do ponto de vista analítico, significam que: a) as localidades amazônicas **não ilustram a pauta**, mas a estruturam; b) os sujeitos falam **desde o território**, e não apenas *sobre* ele; e c) o espaço deixa de ser homogêneo, revelando **Amazônias localizadas**, múltiplas e desiguais. Esse procedimento tensiona diretamente a abstração institucional da Amazônia Legal, evidenciando a distância entre a unidade normativa e as territorialidades concretas.

Na Retrospectiva, a territorialidade não aparece como simples referência espacial, mas como **condição de produção de sentido**. O território é tratado como experiência vivida, atravessada por conflitos, memórias, afetos e disputas de poder. O jornalismo da *Amazônia Real* rompe com a lógica do “lugar-cenário”, comum às narrativas do jornalismo de referência, e assume o território como **sujeito narrativo**, a partir do qual os acontecimentos são enunciados.

Já a dimensão pluralidade (narrativas) emerge como operador epistemológico, uma vez que ela não se reduz à diversidade temática ou à multiplicidade de fontes. Ela se manifesta como **opção epistemológica**, que reconhece a coexistência de diferentes racionalidades,

temporalidades sociais e regimes de saber no interior da Amazônia. Assim, a Retrospectiva enuncia essa pluralidade ao articular vozes indígenas, ribeirinhas e urbanas sem hierarquizá-las; desloca o olhar do centro para as margens, produzindo uma narrativa policêntrica; e recusa a síntese redutora, preservando a tensão entre experiências distintas.

Outro importante achado refere-se às temporalidades, pois constatamos uma ruptura com o tempo homogêneo da notícia ou do acontecimento, pois as narrativas que compõem Retrospectiva não se limitam à lógica cronológica do “balanço anual”, típica do jornalismo retrospectivo, mas articulam diferentes tempos sociais: o tempo da memória, o tempo do conflito, o tempo da espera, o tempo da justiça, o tempo do reconhecimento de direitos e o tempo da permanência. Isso se traduz em: narrativas que conectam acontecimentos de 2025 a processos históricos mais longos; valorização das continuidades (violências estruturais, resistências persistentes), não apenas dos eventos; e aproximação entre passado vivido, presente narrado e futuro em disputa.

Essa construção temporal dialoga com a perspectiva hermenêutica ao compreender o jornalismo como espaço de **refiguração do tempo**, no qual a experiência amazônica é reinscrita para além da urgência factual. Através de uma escuta sensível à pluralidade, a cobertura jornalística pode transitar da mera descrição para uma afirmação territorial, reconhecendo as Amazônias não como objetos de exploração ou tutela, mas como espaços de autonomia pensante e invenção cotidiana.

Em relação ao papel do jornalismo na mídia contra-hegemônica, cumpre desvelar a própria situação vivida pela *Amazônia Real*, inserida em um contexto de vulnerabilidade estrutural, conforme destacado na apresentação da Retrospectiva, em que o veículo é marcado por práticas de assédio judicial e pela judicialização sistemática de sua atuação. Tais processos, que buscam constranger economicamente o veículo e seus profissionais, configuram-se ainda como estratégias contemporâneas de intimidação e silenciamento, incidindo sobre a liberdade de expressão e de imprensa. Essa condição revela que o jornalismo praticado por essa mídia não se dá apenas como produção narrativa sobre os territórios, mas como experiência comunicacional localizada, atravessada por relações de poder, disputas simbólicas e riscos concretos, o que reforça seu caráter contra-hegemônico e a centralidade do plural como operador de resistência e justiça epistemológica.

Reforçamos, portanto, que a persistência da Amazônia no singular não se sustenta apenas em dispositivos institucionais, mas também em regimes narrativos; por isso, compreender as

Amazônias exige observar tanto a abstração que as unifica quanto as práticas comunicacionais que as refiguram. Nesse sentido, a *Amazônia Real* se contrapõe às narrativas institucionais, evidenciando que a disputa entre a Amazônia no singular e as Amazônias no plural não é apenas epistemológica, mas política, econômica e comunicacional, incidindo diretamente sobre as condições culturais e materiais de existência do jornalismo independente na região.

Referências

- AMBROSIO, N. Adaptação climática é questão de vida ou morte na Amazônia. *Amazônia Real*, Manaus (AM), 11 set. 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/KUeC>. Acesso em: 10 jan. 2026.
- ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: formas de transformação da memória cultural. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.
- BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- BITTENCOURT, L. P. Arquitetura da reportagem em tempos de colapso: uma análise de coberturas da Sumaúma sobre a crise climática no Sul do Brasil. *Anais do 23º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, 2025, Ponta Grossa.
- CASTRO, E. AMAZÔNIA: sociedade, fronteiras e políticas. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 9-16, Jan./Abr. 2012.
- CHRISTOFOLETTI, R.; LEÓN, S. de; RUELLAN, D. Militância social, ativismo político e jornalismo de combate: expressões contemporâneas. **Brazilian Journalism Research**, v. 19, nº 3, 2023.
- COSTA, K. R. R. da. De quando a pluralidade revela a invisibilidade. In: **Mídia e racismo** / Roberto Carlos da Silva Borges e Rosane Borges (orgs.). Petrópolis, RJ: DP et Al. Brasília, DF: ABPN, 2012.
- COSTA, A. C. *et al.* **Entrevista hermenêutica em comunicação**: apontamentos teóricos e metodológicos da interpretação. SP: Pontes Editores, 2024.
- FÍGARO, R. (Org.). **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. São Paulo: ECA/USP, 2018.
- HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2021.
- KISCHINHEVSKY, M. Por qual diversidade lutar? Desafios à regulação no rádio musical brasileiro. In: DANTAS, M.; KISCHINHEVSKY, M. (org.). **Políticas públicas e pluralidade na comunicação e na cultura**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2013.
- LOUREIRO, V. R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **ESTUDOS AVANÇADOS** 16 (45), 2002.
- MAIA, M. R. A composição textual de perfis pelo jornalismo narrativo. **C&S – São Bernardo do Campo**, v. 44, nº 1, p. 179-203, jan - abr, 2022.
- MEDEIROS, F. Ameaçados de despejo, indígenas Warao em Boa Vista não sabem para onde ir. *Amazônia Real*, Boa Vista (RR), 23 maio 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/jYAk>. Acesso em: 08 jan. 2026.
- MEDINA, C. **O signo da relação**: Comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.
- MORAES, F. Quem são os ativistas e engajados de quem estamos falando? Um olhar sobre a imprensa comercial brasileira e o posicionamento político como estratégia jornalística. **Brazilian Journalism Research**, v. 19, nº 3, 2023.
- PAES LOUREIRO, J de J. **Cultura amazônica**: uma poética do imaginário. Belém: Cejup, 2001.
- PIZA, S. Pensar desde a América Latina: em defesa das epistemologias do Sul. **Revista de Comunicação da FAPCOM**. V. 2, Nº 3, p. 111-122, 2018.
- POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, v.2, Rio de Janeiro, p. 1-15, 1989.
- RICOEUR, P. **Do texto à ação**: ensaios de hermenêutica II. Porto: Rés-Editora, 1986.
- RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**: a intriga e a narrativa histórica. Vol. 1. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- RICOEUR, P. **Hermenêutica e ideologias**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SCHUTZ, A. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SOUZA, M. **História da Amazônia**: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2019.

VERA, G. Desintrusão na TI Kayapó deixa promessas e incertezas. *Amazônia Real*, Cuiabá (MT), 28 ago. 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/mbxb>. Acesso em: 06 jan. 2026.